



47 relação a referida ata que são as seguintes: linha 64: " fiquei com o compromisso de... ". Na linha 105: o  
48 nome do Deputado é "**Farrete**". Na linha 255: "Fragiliza e coloca em risco o desembolso.. ". Na linha  
49 267: "... **captação de recursos**...". Na 276: "...suspensão desse desembolso...". Na linha 415: ".. ônus e  
50 bônus do acerto e do erro eventual.", faltou uma palavra," **do governo**". Na linha 426: o termo correto é  
51 "**captação**". Na linha 823: deve constar: "**Lei dos Resíduos Sólidos**". Na 1075/76: "**as questões seriam**  
52 **encaminhadas**..."; "...a pessoa que conhece o assunto, ele faz tudo... ", "... ele faz a **análise**...". Na linha  
53 1292: "**Caso da AVIPAL**...". Na 1325: "**E nós estamos estudando**...". **Sra. Edi Fonseca:** na linha  
54 154:" **...no Conselho é colocado**..."; na linha 22: "**Sra. Edi Xavier Fonseca**..."e não Sr. Edi. Feito isso a  
55 **ata da 12ª reunião extraordinária foi aprovada com as ressalvas citadas. Sr. Presidente:** foi sugerido  
56 uma alteração da ordem da Pauta, ficando o tema "**transgênicos**" como primeiro ponto da Pauta, em  
57 função de que haverá uma discussão específica sobre esse tema na SBPC, às 16 horas e o Prof. Flávio  
58 Lewgoy precisa estar presente nesse evento. Esse assunto foi solicitado como uma Reunião  
59 Extraordinária no CONSEMA. Estão presentes representantes da Secretaria da Saúde, Sr. Salzano;  
60 representando o Secretário José Hermeto Hoffmann, contamos com a presença da Sra. Marta Levien,  
61 Diretora do Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura; também a representação da  
62 FEPAM. Foi encaminhado um convite à Dra. Marta Levien para que fizesse uma pequena introdução  
63 desse ponto. Registrou a apresentação de uma proposta do CEA, passando a palavra ao Sr. Alexandre  
64 Soares: essa proposta foi apresentada no CONAMA, em abril deste ano, quando o tema começou a ter  
65 conotação de bastante polaridade. Como no CONAMA, não houve reunião ordinária, a proposta foi  
66 protocolada nas câmaras, para que tramitasse. Distribuiu cópias para conhecimento do Conselho. A  
67 proposta foi encaminhada na Câmara Técnica de Ecossistemas, podendo entrar no Plenário a qualquer  
68 momento. **Sr. Presidente:** aproveitando, informo que na última reunião do CONAMA foram aprovadas  
69 duas Resoluções, em relação a esse tema. A primeira, reforçando a necessidade de realização de estudos  
70 de impacto ambiental. E a segunda, propondo a criação de um grupo de trabalho para elaboração do  
71 Termo de Referência do Estudo de Impacto Ambiental, para organismos geneticamente modificados.  
72 Passou a palavra a Sra. Marta Levien: agradecemos a solicitação feita ao governo para dar a sua posição  
73 a respeito de transgênicos. Existe uma comissão do governo tratando especificamente dos assuntos  
74 transgênicos. A posição do governo está fundamentalmente na Lei das Patentes. Nesse sentido, já  
75 discutimos, amplamente, pois essa questão do patenteamento visa, única e exclusivamente, a apropriação  
76 de um gene. E além de uma única empresa assumir essa apropriação, assume o conhecimento científico e  
77 tecnológico, até chegar na produção no nível do produtor rural. Isso tem várias implicações, a própria Lei  
78 de Patentes, que foi aprovada em 1996, a Lei Nacional de Proteção de Cultivados, também de 1996.  
79 Também implicações econômicas, no sentido de levar a uma oligopolização do setor dentro da  
80 agricultura. Em função de que passa a ter um domínio econômico algumas poucas e grande empresas. E  
81 isso é o domínio de mercado sementeiro e, por outro lado, a dependência do produtor rural a essas  
82 sementes transgênicas, visto que, tem todo um pacote tecnológico, que levará a essa dependência.  
83 Acarretando, um aumento de custo de produção, porque ao longo de três ou cinco anos, ocorrerá uma  
84 alteração a nível de meio ambiente, tendo outras implicações que também afetará o meio ambiente. E isso  
85 dá, além de toda a seletividade a nível de ervas daninhas, implicações que não se tem conhecimentos de  
86 levar esses genes transgênicos de ocorrer cruzamento com outras espécies. Culminando, basicamente, na  
87 questão da exigência do EIA. Em função disso, tivemos a regulamentação, através da Secretaria de  
88 Agricultura, de uma Lei que trata a respeito de organismos geneticamente modificados, Engenharia  
89 Genética e Biotecnologia. Essa Lei é de autoria do Dep. Beto Albuquerque, de apenas de quatro artigos,  
90 mas é muito ampla. Criamos esse Decreto regulamentado a Lei e exigindo o Estudo de Impacto  
91 Ambiental, visto que o Governo Federal criou a CTMBio - Comissão Nacional Técnico de Biotecnologia  
92 - e, fundamentalmente, não criou normas de biosegurança para cultivos de diferente espécies agrícolas e

93 normas de continuação de toda a cadeia produtiva, além do Ministério do Meio Ambiente ter que realizar  
94 o Estudo de Impacto Ambiental ou permitir o licenciamento. No Estado, por termos essa posição  
95 contrária aos transgênicos, tivemos que estabelecer toda uma discussão junto à sociedade. Surgiram  
96 vários seminários regionais no interior do Estado, de modo a tratar essa questão o máximo possível, até  
97 para não vir um pacote de cima para baixo. Temos também a preocupação com a questão do princípio da  
98 precaução, pois é um princípio tirado na Convenção de Biodiversidade, em 1992, que tem a prevenção de  
99 se adotar todo um pacote tecnológico e não se precaver, fundamentalmente, das implicações que terão a  
100 nível de saúde humana, saúde animal e meio ambiente. Basicamente é essa a posição do Governo do  
101 Estado, principalmente, em função das implicações ambientais e implicações econômicas, tornando o Rio  
102 Grande do Sul uma zona livre de transgênicos, de OGNs, também visualizando uma possibilidade de  
103 mercado a nível de Europa, porque é muito clara a posição da união européia contrária a posição  
104 americana. Tivemos, na Europa, audiência com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Ciência e  
105 Tecnologia, na França; Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, na Inglaterra, que se posicionaram  
106 favoráveis a posição que o Governo do Estado deliberou. E, atualmente, já está havendo algumas  
107 negociações, em níveis comerciais, com importadores ingleses e franceses, incluindo negociações,  
108 basicamente, com o sistema cooperativista. Então, na realidade, estamos intermediando essa negociação  
109 com o sistema cooperativista, porque a produção agrícola aqui no Estado, é realizada pelas cooperativas  
110 e, basicamente, representadas pela FECOAGRO, antiga FECOTRIGO. Era isso. **Sr. Flávio Lewgoy:**  
111 tenho várias críticas enérgicas, mas no momento o que estou querendo saber, inclusive já questionei  
112 sobre isso, é que muitas coisas não estão claras. Por outro, há realidades que não podem ser ignoradas.  
113 Qualquer supermercado têm transgênicos nas prateleiras; as farmácias estão cheias de transgênicos. Quer  
114 dizer, não se pode usar esse termo genericamente: o Rio Grande do Sul livre de transgênicos. É uma  
115 contradição em termos uma impossibilidade. A não ser que se possa recolher, o que é impossível, porque  
116 tenta contra a liberdade de comércio, contra produtos que estão sendo comercializados e que são  
117 necessário: hormônios, produtos que servem para combater o câncer, e até vinhos que estão sendo  
118 produzido no Rio Grande do Sul com lêvedos transgênicos. Essa realidade não pode ser ignorada. Nós  
119 importamos da Argentina, certamente, produtos transgênicos. O que vai-se fazer com a liberdade do  
120 comércio, ou com as barreiras não-tarifárias? De qualquer forma, eu acho que o governo tem  
121 possibilidade, usando da sua capacidade legítima, de tomar medidas que não impliquem em contradição  
122 com fatos, e até mesmo leis brasileiras já existentes. O Brasil tem uma legislação sobre transgênicos das  
123 mais rigorosas do mundo, propostas por gente de reputação inatacável. E, se essas leis estão sendo  
124 cumpridas isso é uma coisa completamente diferente e que já provocou a interpelação do governo pelo  
125 próprio presidente da SBPC e seus membros. Estão pedindo que a CTMBio tenha a sua constituição  
126 mudada, incluindo maior participação de entidades representativas da sociedade civil. Porque a CTMBio  
127 tem tomado algumas medidas, ou deixado de tomar outras, que não é possível ignorar. É um estado de  
128 coisas que não se restringe ao Brasil, na Europa está em ebulição. Só para falar em um fato mais  
129 impactante, a questão ainda recente de poucos anos atrás, do problema da doença esponjiforme bovina,  
130 doença da vaca louca. Que a comunidade científica inglesa, não sei se um todo, mas as vozes mais  
131 autorizadas disseram que não havia problema, que era uma questão restrita ao gado bovino. Não demorou  
132 muito e começaram a aparecer as primeiras mortes pela doença, que é a contrapartida humana da doença  
133 da vaca louca, causada pelo mesmo agente, que são agentes infecciosos não genéticos, não tem DNA,  
134 não tem RNA, são proteínas puras, quase impossíveis de destruir, são capazes de resistir a temperaturas  
135 de 360°. O cozimento não elimina. Faz pouco que a comunidade européia está licenciando novamente as  
136 exportações da Grã-Bretanha de carne de rês. Tudo isso provoca uma imensa discussão e as medidas  
137 legislativas dos governos europeus ainda não cessaram de ser elaboradas, ainda há discussão. Por outro  
138 lado, não se pode ignorar que no setor biomédico tem transgênicos. Se o Estado do Rio Grande do Sul

139 decretar, como pode fazer, que o Rio Grande do Sul é uma zona livre de transgênicos, é preciso examinar  
140 as repercussões dessa medida, e o que ela representa. É preciso não confundir o problema das sementes  
141 patenteadas, de soja, de milho, de arroz de trigo, da Monsanto, ou de uma outra grande transacional.  
142 Então, decretar o Estado como zona livre de transgênicos é uma medida impossível de ser cumprida no  
143 seu sentido lato. O Estado pode quando muito interditar, com boas razões o plantio da soja e tem boas  
144 razões para isso, tem razões científicas. O defeito de registro no próprio país de origem, quanto mais  
145 aqui, já que foi a própria Monsanto que fez os testes e o governo não verificou isso. Onde já se viu a  
146 parte interessada fazer os testes e não haver nenhuma verificação? Isso é um escândalo. O Governo pode,  
147 com toda tranqüilidade, proibir a soja transgênica, proibir outras sementes com genes de resistência  
148 intrínseca, como é o caso do VT. Estou trazendo isso a reflexão aos colegas do Conselho, para que o  
149 nosso CONSEMA não aprove, assomadamente, uma resolução desse tipo. E sim restrinja o alvo de uma  
150 resolução a coisas razoáveis e factíveis e coerentes. Caso contrário, as contradições vão começar a  
151 aparecer logo. Obrigado. **Sr. Presidente:** minha sugestão é de que nós passássemos às manifestações,  
152 limitando um tempo de cinco minutos. **Sr. Francisco Bragança:** eu estava ouvindo a colega e algumas  
153 questões foram levantadas e depois eu li a proposta que recebemos. Parece-me, em um primeiro  
154 momento, talvez a função principal deste Conselho, nesta discussão, é a questão de que dano pode causar  
155 uma pesquisa nessa área, em termos ambientais. A questão patente é uma questão importante, mas que  
156 tem um pouco de embasamento filosófico. Porque, eu fico pensando assim: como cientista alguém  
157 investe em uma pesquisa. Se for preliminarmente definido que esse investimento é um investimento  
158 público e que não pode gerar nenhum tipo de lucro, ou alguma coisa assim. Isso é uma coisa. Agora, se  
159 alguém investe em uma pesquisa tem que ter um retorno. Estou falando em tese, não estou defendendo  
160 não estou defendendo nada, só estou levantando questões que me provocaram. Eu acho que o argumento  
161 da patente é secundário em relação ao argumento ambiental. E a questão de definir o que é pesquisa que  
162 na realidade parte do seguinte princípio: não sei onde vou chegar se eu souber onde vou chegar não é  
163 mais pesquisa. Eu só queria deixar para a reflexão o seguinte: nós não podemos ter respostas antes de  
164 executar. E o risco da sociedade sofrer com isso é bastante grande. Tem o caso famoso da talidomida que  
165 causou todo esse flagelo na comunidade. Porque não houve pesquisa. Isso foi um absurdo que ocorreu.  
166 Agora, nós não podemos legislar e tomar decisões, aqui, querendo saber de antemão como as coisas vão  
167 acontecer, porque a pesquisas é exatamente a busca do desconhecido. São duas coisas que eu deixo para  
168 reflexão. Primeira: o meio ambiente é o mais importante. A questão da patente e a questão da área  
169 econômica é importante, mas é secundária. E a questão da pesquisa é a seguinte: ou nós não fazemos  
170 pesquisa, com medo de errar, ou fazemos a pesquisa e assumimos o erro. Eu sei que a questão é um tanto  
171 nevrálgica, mas queria deixar para uma reflexão. **Sr. Sandor Grehs:** temos que diferenciar muito bem o  
172 que são interesses econômicos nos casos envolvidos. Também não podemos esquecer aquela parte:  
173 vacinas cubanas são transgênicas. Agora, parece-me que existe um aspecto formal, que a expositora nos  
174 colocou, em relação ao EIA/RIMA. Normalmente o EIA/RIMA é feito pelo empreendedor. Parece-me  
175 que no caso dos transgênicos, até pela linha que o Prof. Lewgoy colocou, que os testes feitos pela  
176 Monsanto não tiveram contrapartida, o problema teria duas linhas de raciocínio. Os produtos  
177 transgênicos que estão no comércio, basta rotulá-los como transgênicos. Quem quiser comprar o  
178 transgênico compra, quem não quiser, não compra. Agora, a pesquisa e os EIA/RIMA, parece que aí sim  
179 teríamos que ter uma regulamentação específica para as repercussões. Até porque, há fatores no meio  
180 ambiente, como o vento, pólen, a chuva, em que a propagação muitas vezes não é controlada. E essa  
181 parece que foi uma das linhas que levou a interditar determinadas pesquisas, porque os cuidados  
182 necessários não foram tomados. Isso é o foco da questão. E talvez nem colocar a questão transgênica no  
183 sentido amplo, ser bem específico. Quando a gente quer controlar tudo, sem poder controlar, não vai  
184 controlar nada. É preferível definir, claramente, qual o nosso alvo de preocupação imediata, e dar à

185 sociedade a liberdade de comprar ou não comprar os transgênicos. Acredito que essa seria uma linha de  
186 abordagem mais realista. E também não podemos cair na situação do absurdo de querer ficar como no  
187 tempo da inquisição, na Idade Média, de não podermos fazer pesquisa. E aí eu acho que a  
188 regulamentação do EIA/RIMA, tem que ter um rigor maior ainda e, talvez, até tirar da órbita do  
189 empreendedor, que ele possa colocar esse recurso em um fundo, mas quem vai fazer efetivamente a  
190 pesquisa não seja ele. Ele vai custear, mas quem vai fazer não é ele, não diretamente. Essa seria a minha  
191 intervenção. **Sr. Carlos Nascimento:** gostaria de ratificar o que foi dito pelo Prof. Lewgoy e acrescentar  
192 qual a opinião da Federação das Indústria, com relação ao problema decorrente do aumento dos  
193 organismo geneticamente modificados no mundo inteiro. A FIERGS vem se preocupando muito com  
194 isso, seguramente há dois anos. Este ano me autorizou e proporcionou a ida à Europa, há alguns centros  
195 de grande desenvolvimento da ciência da transgenia. Para que de lá eu trouxesse algum material, alguma  
196 informação sobre qual a postura daqueles centros. Depois dessa quase que pesquisa de informações em  
197 relação aos transgênicos, o Presidente da FIERGS resolveu, determinou e dotou a realização de um  
198 estudo aqui no Rio Grande do Sul sobre transgenia. Esse estudo constará da realização de cinco  
199 seminários. O primeiro seminário vai acontecer ainda este mês no dia 29 de julho. E os cinco seminários  
200 abordarão, através de eméritos professores do mundo inteiro, que serão convidados a estarem aqui  
201 conosco, abordarão a seguinte temática: o do dia 29 de julho deverá fazer uma abordagem sobre a  
202 biotecnologia da transgenia. Ou seja, a ciência da Engenharia Genética. Virão professores da Europa,  
203 Estados Unidos, que nos farão uma abordagem totalmente insuspeita e global do assunto. Esse seminário  
204 tem como propósito elucidar a sociedade. A chamada do estudo é um diálogo com a sociedade. A  
205 Federação sente-se na obrigação de usar recursos para proporcionar à sociedade gaúcha, senão brasileira,  
206 um estudo dessa natureza. O segundo seminário ocorrerá no mês de agosto e abordará a transgenia e a  
207 saúde humana. Também virão professores do mundo inteiro e que nos apresentarão os programas  
208 existente na área da saúde com transgênicos. Todos os estudos, desde a produção inicial até os estudos de  
209 transgenia destinados a compatibilização protéica de órgãos suínos, para serem transportados para o  
210 homem. Traremos autoridades mundiais que nos apresentarão esses assuntos. O terceiro seminário  
211 acontecerá em setembro e abordará os organismos geneticamente modificados e o meio ambiente.  
212 Analisará o comportamento dos organismos geneticamente modificados dentro do o ecossistema. O  
213 quarto seminário abordará as tendências mercadológicas mundiais, em relação aos organismos  
214 geneticamente modificados. Esse quarto seminário está sendo organizado pela Fundação Getúlio Vargas,  
215 que está montando esse seminário e trará ao nosso conhecimento os estudos mais recentes estudos que  
216 mostram objetivamente o comportamento mercadológico mundial com relação aos transgênicos. E  
217 quando se fala em comportamento mercadológico, nós não podemos nos ater a soja, temos que ter uma  
218 informação global do comportamento no mercado mundial com relação aos produtos transgênicos. E  
219 finalmente o quinto seminário que deverá ocorrer em novembro, abordará a ética. Fará uma abordagem  
220 jurídica e tentará debater a ética na transgenia. Nesse seminário nos pretendemos envolver autoridades  
221 jurídicas de todo o mundo. E será editado, sobre a forma de livro, pela Editora da Fundação Getúlio  
222 Vargas. Vai ser um evento muito caro, porque pretendemos trazer pessoas de alto gabarito e que gozam  
223 de insuspeição mundial dentro do mundo da ciência. Comentou a preocupação que a FIERGS vem tendo  
224 com esse problema das transgenias e, também salientar o entendimento do nosso Presidente que resolveu  
225 fazer esse investimento para proporcionar um amplo debate com a sociedade do Rio Grande do Sul, com  
226 autoridades mundiais nesta área. Era isso. **Sra. Marta Levien** algumas questões que eu não tinha  
227 abordado, é com relação a pesquisa, que inicialmente o governo não tinha uma posição muito clara a  
228 respeito da realização das pesquisas. Talvez, a falta de uma posição mais firme tenha prejudicado a  
229 posição do governo durante os três meses. E, finalmente agora no mês de junho saiu a posição oficial de  
230 que o governo é favorável ao desenvolvimento da pesquisa, mesmo porque ocorreria uma contradição,

231 visto a necessidade de se ter, porque maior o número de pesquisas feitas maior será a precisão de se ter o  
232 controle de todos os transgênicos, em diferente áreas. Já tivemos uma audiência com o Ministro da  
233 Ciência e Tecnologia da França e eles muito preocupados, na ocasião, nos colocaram que estão dispostos  
234 a realizar, através da “CIRRADI”, que é uma Instituição de pesquisa deles, de financiar algumas  
235 pesquisas a nível de Brasil na área agrícola. Porque, nós temos uma realidade totalmente diferenciada da  
236 deles, por questões climáticas, solo diferenciado, enfim, e eles atuam praticamente em todo o mundo.  
237 Têm vários governos de diferentes países, convênios de cooperação técnica e demonstrara-se muito  
238 interessados. Mesmo porque, para nós fica uma situação bastante boa, visto que é uma instituição que  
239 não é do governo e também não é uma empresa transacional, e, sim, uma terceira instituição realizando  
240 uma pesquisa localizada aqui no Brasil, fundamentalmente aqui no Rio Grande do Sul. **Sr. Carlos**  
241 **Nascimento:** o “CIRRADI” com recursos do Ministério da Agricultura, da França, bem como do  
242 Ministério de Relação Exterior daquele país, proporcionará, durante a realização desses seminários, a  
243 montagem na FIERGS de uma grande exposição sobre transgenia que está marcada há seis meses em  
244 Montpellier. Essa exposição já está sendo traduzida para o português para ser montada aqui na FIERGS,  
245 durante esses seminários. Eu apenas esqueci de dizer uma coisa, quando comentei dos seminários e  
246 quando ratifiquei o discurso do Prof. Lewgoy, é que nós temos que ter um pouco de parcimônia nos  
247 posicionamentos, nós e o mundo, em relação a transgenia e aos problemas que dela poderão advir. Nós  
248 temos que saber diferenciar muito bem o que é uma venda casada, o que é uma dependência tecnológica.  
249 E nós não podemos esquecer quando Gregor Mendel começou. E a outra coisa é a Ciência da Transgenia,  
250 a Ciência da Engenharia Genética, é uma grande revolução da humanidade, ela é o segundo grande passo  
251 da genética. enunciar suas leis genéticas ele sofreu restrições muito grandes. A primeira grande restrição  
252 que o Mendel teve foi da igreja e depois da crítica. Houve uma época em que as estátuas do Mendel  
253 foram derrubadas. Temos que ter consciência disso. E nem por isso a genética deixou de se impor como  
254 ciência. Nós não podemos ser contra, temos que conhecer e ver o novo horizonte dentro da Engenharia  
255 Genética. Agora, é preciso que essa caminhada seja feita dentro de um rígido princípio ético, que seja  
256 regulamentado. Nós não podemos ter posicionamentos emocionais, a maioria deles decorrentes até da  
257 falta de conhecimentos. Obrigado. **Sra. Marta Levien:** também essa posição favorável ao  
258 desenvolvimento na pesquisa, ocorre em função de que alguns experimentos de pesquisa, aqui, no Rio  
259 Grande do Sul estavam totalmente fora das normas de biosegurança. Naquela ocasião realizamos uma  
260 denúncia a CTMBio, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e da Agricultura e alguns foram interditados,  
261 outros voltaram a sua normalidade e outros foram destruídos, inclusive pela própria CTMBio, com  
262 fiscalização do Ministério. Como a necessidade, a realidade de se realizar pesquisas é premente, é  
263 urgente, também em função das pesquisas, muitas realizadas, principalmente no milho BT, e que ocorreu  
264 aí com experimentos bastantes simples a morte de borboletas que se contaminar com o pólen do milho  
265 BT. São outras a nível de cobaias, que também afetaram o desenvolvimento, enfim, tem vários  
266 experimentos que provaram, cientificamente, a necessidade de se desenvolver cada vez mais e mais  
267 pesquisas. Juntamente com isso, há a necessidade também, uma exigência por parte dos consumidores  
268 ingleses, franceses, enfim, de que devido a existência da vaca da louca, da mortalidade que ocorreu, de se  
269 realizar mais essas pesquisas, para se ter um controle maior, já que muitos remédios e vacinas levam até  
270 10, 15 anos sendo avaliados até chegar o momento de lançamento comercial, enquanto que os  
271 transgênicos é uma questão bastante recente. Nos Estados Unidos existem a nível comercial, três safras,  
272 basicamente, e não se tem controle maior das conseqüências a nível de natureza. Com relação a questão  
273 da rotulagem, está se tornando bastante ambígua, porque as empresas transacionais têm se colocado de  
274 que eles têm um produto e não desejam rotular. Estão fazendo toda uma campanha para que o produto  
275 natural, convencional, é que seja rotulado. Isso é uma contradição enorme, já que o produto diferente é o  
276 transgênico, então é óbvio que o transgênico é que deverá ser rotulado. Por outro lado, é natural também,

277 por um princípio de que quando se chega em um supermercado e se encontrar um produto, não se sabe se  
278 é transgênico ou não. Nós estamos propondo que os produtores convencionais rotulem o seu produto.  
279 Esta questão da rotulagem está sendo muito difícil de ser negociada entre as partes envolvidas. Falando  
280 mais em nível da Secretaria da Agricultura, nós entendemos que, pela exigência e necessidade do  
281 consumidor europeu, devemos tornar o Rio Grande do Sul, o máximo possível, desde o plantio de  
282 produtos agrícolas até, se possível, em nível de comercialização de todo e qualquer produtos da área de  
283 industria e comércio, um controlador bastante eficiente e eficaz destes produtos no Estado, visto que há  
284 uma grande preocupação da população gaúcha - eu até diria que o Rio Grande do Sul é a mais  
285 preocupado no momento com esta questão - nas diferentes etapas de idade quanto de níveis sociais. Acho  
286 que o centro do Governo deve ter uma posição cada vez mais clara e com melhores controles em  
287 diferentes situações, diferentes áreas, seja da saúde, seja da veterinária, seja na área animal, vegetal. **Sr.**  
288 **Alexandre Soares:** a Resolução apresentada aqui, não é uma proposta para ser votada hoje. Nós não  
289 misturamos alguns produtos antigos, como quando se fala em insulina e outros que, na verdade, já são  
290 transgênicos. Nossa base, nesta Resolução, foi a Lei 8.974 e a definição que tem constante nela. A partir  
291 dessa Lei Federal, nos baseamos para fazer que aquilo que estiver regulado pela Lei 8.974/95, estivesse  
292 regulado pela resolução que sairia da CONAMA que nós apresentamos. Na verdade o foco de ação dela é  
293 o que está na Lei 8.974. Tanto é assim que ninguém vai pedir Estudo de Impacto Ambiental para  
294 insulina, e a decisão do Juiz, por exemplo, em querer suspender a produção de soja transgênica não  
295 menciona que o estudo de impacto ambiental vai voltar ao passado, mas menciona nas atividades  
296 baseadas na Lei 8.974 e nos decretos regulamentados. Então tem um foco de ação. Na verdade, quando  
297 nós falamos em ampliar o leque de ação, que iremos pegar tudo quanto é produto, que nós não temos  
298 controle algum, não cabe, neste momento, como um bloqueio a nossa ação em relação ao que está  
299 colocado agora por que transgênico tem trabalho pontual. Na verdade, quando foi dito que não se  
300 restringia a pesquisa, eu gostaria de fazer um porém: a pesquisa é feita, e não se sabe no que vai dar, mas  
301 na verdade ela servirá para alguma coisa, porque pesquisa neutra, na minha opinião - acho que várias  
302 pessoas devem pensar assim - não existe. Ou a pesquisa obedece a quem a encomendou, ou a outro  
303 grupo. Se o Rio Grande do Sul vai investir na pesquisa, é porque quer ter razões suficientes para ter um  
304 Estado livre de transgênicos. Se a Monsanto investiu em pesquisa é porque ela quer mostrar que ela pode  
305 produzir transgênicos. **Sr. Francisco Bragança:** vai investir para ter um Estado livre de transgênicos?  
306 Essa é uma opinião tua! **Sr. Alexandre Soares:** essa é minha interpretação. Acho que o fim da pesquisa  
307 é o que faz com que ela se movimente. Eu nunca vi pesquisa que saísse do nada, e, as que saíram do  
308 nada, nós conhecemos suas conseqüências. Outro assunto que está virando um folclore é o de que “já que  
309 não temos conhecimento, então é moderno”. Acho que o assunto sobre a energia nuclear, na sua época,  
310 deve ter sido muito mais moderno. Quem era contra energia nuclear, na época das usinas? Até na  
311 Constituição, hoje, existe barreira sobre energia nuclear. Consolidado o assunto, ninguém mais fala. Na  
312 realidade, é um novo contexto histórico que estamos vivendo agora, e acho que, no fundo, temos é um  
313 debate econômico, de modelo econômico, de desenvolvimento e que estão colocado também as questões  
314 de ciência, de ética, mas o objeto econômico está puxando a discussão. É por isso que o objeto  
315 econômico forçou que o ministério da agricultura liberasse o comércio da soja transgênica, antes mesmo  
316 de ter sido feito debate em todos os conselhos de meio ambiente, fossem nacionais, estaduais ou  
317 municipais. Ainda bem que houve uma decisão do Tribunal de Brasília, proferida pelo Juiz Antônio de  
318 Souza Prudente, que suspende, prudentemente, a liberação do comércio da soja transgênica, visto que, a  
319 própria Monsanto mentiu em vários momentos, como por exemplo, de que não tinha experiência para o  
320 comércio. Aqui, no Rio Grande do Sul, pelos depoimentos da própria Monsoy, que é agregada do grupo  
321 Monsanto, o que tinham plantado da soja transgênica era o suficiente para vinte e três mil hectares, e  
322 mesmo assim falavam que não era para comércio. Uma experiência de vinte e três mil hectares, e a

323 Monsanto, não tinha terras suas para fazer a experiência. É colocado então o debate econômico. Quando  
324 a nossa ONG fala em transgênico, não tem medo de dizer e de exagerar. Se não exagerarmos, não temos  
325 como dizer a verdade. Não se deve ficar no debate consensual de que a engenharia genética é muito boa e  
326 que vai dar bons resultados. Isto até pode acontecer mesmo; agora, inverter o princípio da precaução,  
327 não. O princípio da precaução é em relação ao meio ambiente, e não com relação à suspensão das  
328 experiências. Está invertido. Ao princípio de precaução criaram outro de prevenção. Não podemos  
329 suspender as atividades com os transgênicos, não podemos ter precaução com o meio ambiente? Não, nós  
330 devemos ter precaução com a atividade científica que está sendo realizada, porque ela pode ser jogada  
331 água abaixo. Outra pergunta que faço para o Governo do Estado: como é que ele pode ficar um pouco  
332 amarrado em nível de transgênicos se em alguns países da Europa foi decretado moratória dos  
333 transgênicos e em outros países não só a moratória como o fim dos transgênicos, até que mude esta  
334 posição. É óbvio que os produtos que contém transgênicos vão entrar nestes países de alguma maneira,  
335 até por terem dificuldades de fazer uma barreira, mas mesmo assim tomaram esta decisão. Então por que  
336 o Estado não toma uma decisão deste tipo? Mais uma ponderação que gostaria de fazer: mexer com a  
337 vida, com a semente, ao bel-prazer, sem critério nenhum é uma questão delicada para nós que  
338 representamos várias entidades no Conselho do Meio Ambiente. Querer colocar algumas regras dentro  
339 deste Conselho é o mínimo de responsabilidade nossa, que estamos aqui por uma representação das  
340 nossas regiões. E poder dizer para eles que o Princípio da Precaução da Convenção da Biodiversidade,  
341 que tem um decreto Legislativo nº 02, de 03 de fevereiro de 1994, está recepcionado pelo nosso  
342 ordenamento jurídico brasileiro. Então, o Princípio da Precaução deve ser levado em conta nesse  
343 momento, acho que, seria o mais científico. **Sra. Marta Levien:** quanto ao questionamento de o Estado  
344 não ter tomado uma atitude mais severa ou mais adiante tomá-la, eu acredito que, o Governo não tomará  
345 sozinho esta decisão, principalmente porque é bem mais interessante e importante se ter uma discussão  
346 com a sociedade, tornando essa decisão mais massificada, colhendo o máximo de impressões, que é o  
347 que já foi feito, basicamente, neste semestre. Essa discussão passa pela Assembléia Legislativa, já com  
348 alguns Projetos de Lei, fundamentalmente são três projetos e, pelo que estou visualizando, haverá, no  
349 segundo semestre, um discussão mais aprofundada, já que esta não é uma questão partidária e sim  
350 suprapartidária. Diferentes bancadas de diferentes partidos se reunirão e colocarão outro projeto para ser  
351 apreciado em plenário. É uma forma mais democrática e mais transparente que encontramos, visto que,  
352 não é da nossa prática tomar uma decisão política e autoritária simplesmente. O governador, a exemplo  
353 da Áustria ou Grécia, até poderia tomar uma decisão autoritária no sentido de evitar a entrada de  
354 produtos, o que não evitaria a entrada destes, pois sempre entra um produto ou outro, mas não há  
355 produção interna. Mas, acreditamos que no segundo semestre, teremos outras alternativas possíveis de  
356 serem concretizadas. **Sr. Presidente:** além de referendar as questões já levantadas pela Marta, dizer que  
357 a posição do governo é clara no sentido de que o Rio Grande do Sul seja um território livre de produtos  
358 transgênicos. Nesta posição o governo coloca que usará todos os meios possíveis para que isto seja  
359 viabilizado. No presente momento, nós temos a Lei, regulamentada através do Decreto, incidindo sobre,  
360 num primeiro momento, a questão da pesquisa, em razão de que, quando o decreto foi feito, a produção  
361 comercial não estava autorizada e, ainda não está graças a uma decisão judicial. Nosso posicionamento  
362 com relação a algumas questões que estão em debate, como a realização de Estudo sobre o Impacto  
363 Ambiental, sempre foi muito claro. Em primeiro lugar, nós achamos que a CTMBio não substitui as  
364 tramitações; uma comissão formada por decreto, por pessoas escolhidas a dedo pelo Presidente da  
365 República, não substitui as instâncias democráticas de representação social existentes, e em particular o  
366 Conselho Nacional de Meio Ambiente. A legislação brasileira é claríssima com relação à necessidade de  
367 exigências de Estudo de Impacto Ambiental para a introdução de organismos geneticamente modificados.  
368 A resolução 237, do CONAMA, coloca isso de maneira absolutamente clara, e a posição do governo

369 brasileiro, até o momento da autorização do cultivo comercial pela CTMBio, suspensa pela decisão  
370 judicial, era cheia de contradições entre os ministérios. O próprio Ministério da Agricultura reconheceu  
371 em vários momentos não ter capacidade técnica instalada, suficiente, para fiscalização das áreas de  
372 pesquisa. Em suma, é público e notório. Em função disso o governo firmou uma posição bastante  
373 polêmica. Foi publicada uma pesquisa, sobre o grau de informação da população dos Estados brasileiros  
374 com relação a esse tema, que demonstra que, no Rio Grande do Sul, 64% da população dizem saber do  
375 que se trata. O segundo Estado melhor colocado nesta pesquisa é Brasília com 12%. O grau de interesse  
376 dos segmentos sociais demonstra um elemento positivo que é um grau elevado de informação da  
377 sociedade sobre esta questão, e portanto, de preocupação. O problema é que há uma inversão desse  
378 processo – isto já foi levantado claramente aqui. Há em andamento um processo de carterização muito  
379 preocupante nesta área de mercado, são seis grandes empresas, no mundo, que mandam nesta área. Elas  
380 têm uma estratégia de introdução desses produtos, que classifico como de guerrilha, extremamente  
381 agressiva e que muitas vezes passa por cima das leis. Há uma inversão clara nesse assunto colocado em  
382 discussão, porque em todos assuntos de introdução de elementos novos potencialmente impactantes ao  
383 meio ambiente o ônus da prova é do empreendedor. Isso é um princípio básico que sustenta a legislação  
384 ambiental no País. É fato que o Governo Federal operava majoritariamente no sentido de que este estudo  
385 não fosse feito. Se as companhias detêm recursos e tecnologia suficiente para apresentar o ônus da prova,  
386 por que não submeter este ônus da prova a um ritual de licenciamento ambiental, que é um ritual dos  
387 mais avançados, em nível mundial, e que prevê a apresentação dos estudos, da disponibilização à  
388 sociedade e realização de audiências públicas antes do licenciamento? A posição do governo do Rio  
389 Grande do Sul, quando faz o decreto que regulamenta a Lei do então Deputado Beto Albuquerque, é  
390 nesse sentido, e há uma evidente recusa das grandes empresas para apresentação dos Estudos de Impacto  
391 Ambiental. Elas estão operando isso claramente. **Sra. Marta Levien:** no momento que nós passamos a  
392 exigir, das empresas aqui no Rio Grande do Sul, a notificação no Governo do Estado e, por este decreto,  
393 no Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria da Agricultura, exigindo EIA/Rima, todas elas  
394 fizeram uma notificação, mas nenhuma apresentou um Estudo de Impacto Ambiental, porque afirmavam  
395 que tinham a autorização da CTMBio alegando que, no caso do milho, tinham permissão no nordeste e  
396 para o Rio Grande do Sul também. E são, claramente, realidades climáticas totalmente diferenciadas.  
397 **Sra. Silvia Cappelli:** gostaria de perguntar a Marta como esta a situação de fato sobre a decisão Judicial  
398 de Brasília e sobre a questão das pesquisas das lavouras de transgênicos. **Sr. Presidente:** uma questão  
399 que é muito evidente e que pauta a decisão do governo sobre isso, é que, por mais que seja importante  
400 que se faça a discussão sem que os governos firmem posição clara sobre isso, nós estaremos realizando  
401 grandes ciclos de debates sobre esta questão, e comprando produtos nos supermercados e tendo esses  
402 elementos sendo introduzidos no ambiente por força da imposição das grandes empresas, por sobre o  
403 poder de regulação dos Estados. Essa é a situação objetivamente colocada hoje, e o fato de o foco estar  
404 no Rio Grande do Sul, em relação à soja, é emblemático em função de que, no caso específico da soja, a  
405 produção americana já é toda mista e não há identificação; a produção argentina também. Um outro  
406 grande produtor de soja, que pode ser um fornecedor de soja convencional para o mercado europeu, é o  
407 Brasil, onde, o Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná, têm um grande peso nesse processo. As  
408 empresas transacionais desistiram do debate público na Europa, e aqui está a representação dos Amigos  
409 da terra, por exemplo, que são testemunhas das campanhas que foram feitas lá e da reação fortíssima da  
410 opinião pública européia. O posicionamento das grandes redes de supermercados europeus, no sentido de  
411 não venderem produtos de organismo geneticamente modificados, não é uma escolha derivada de um  
412 opção só de consciência desses proprietários, eles, também, estão sintonizadas com a posição da opinião  
413 pública, em função de que, se a opinião pública fosse receptiva ao consumo desses organismos, essas  
414 grandes redes perderiam espaço de mercado consideráveis, com grandes prejuízos. Eles também se

415 movimentam pela dinâmica de mercado, apesar de também se movimentarem por princípios. A discussão  
416 sobre a questão da soja como elemento emblemático no Brasil é decisiva em função de que, introduzida  
417 aqui a autorização para o plantio de soja transgênica, esse assunto está resolvido em nível mundial, salvo  
418 pequenos nichos de mercado que possam vir a produzir soja convencional, e a estratégia das empresas é  
419 fornecer misturado, é não identificar. Este enfrentamento está se dando agora enquanto nós discutimos  
420 socialmente esse assunto. Dado consequência à autorização do cultivo comercial pelo Governo Federal,  
421 através da CTMBio, nós já estaremos numa situação, dada de fato, de que a próxima safra teria resolvido  
422 esse problema, e os nossos debates não fariam nada mais do que aumentar a preocupação da sociedade  
423 com relação ao assunto, porque nós estaríamos discutindo sobre uma situação dada devido a  
424 globalização. Há uma diferença entre produção e introdução no mercado. Hoje se tem uma dinâmica  
425 mundializada em que, se há um problema de contaminação por dioxina na Bélgica, e se assiste a  
426 informação no Jornal Nacional, vai-se imediatamente ao refrigerador verificar se não tem algum produto  
427 belga na geladeira. Hoje os produtos circulam em nível planetário com uma facilidade muito grande, hoje  
428 os impactos se dão de uma maneira sem bloqueio de fronteiras. Então, a posição do Rio Grande do Sul  
429 era, no caso de uma autorização do Governo Federal para o cultivo, que o Estado já tinha prerrogativas já  
430 dadas em lei para as exigências dos mecanismos que forçassem a apresentação do ônus da prova pelos  
431 empreendedores, o que não substitui a transformação, ainda não feita, da posição do Rio Grande do Sul,  
432 pela transformação de um Estado livre de alimentos transgênicos, que deve se dar através de uma lei  
433 específica para isso, que necessariamente tem que dialogar com o Poder Legislativo que é quem delibera  
434 sobre esse assunto, portanto, nós ainda não temos. Temos uma posição de princípio anunciada pelo  
435 Governo, temos todos os instrumentos disponíveis sendo usados para garantir o princípio da precaução, e  
436 há uma disposição do governo, para que se aprove uma lei na Assembléia Legislativa. Nisso não estamos  
437 isolados, a posição do Paraná e do Mato Grosso do Sul, são muito semelhantes à posição do Rio Grande  
438 do Sul, tanto que, defendemos em conjunto, no CONAMA, junto com organizações não-governamentais,  
439 o CEA e o Greenpeace, as resoluções que foram aprovadas, como aceitação do Ministério do Meio  
440 Ambiente. Um grande desafio que está colocado é a elaboração do termo de referência para os Estudos  
441 de Impacto Ambiental, uma vez que, certamente, pelo volume de investimentos feitos, pela capacidade  
442 tecnológica, as empresas têm hoje um grau de domínio sobre o assunto, na viabilização de seus  
443 interesses, maior do que a maior parte dos governos dos Estados organizados e que fizeram menos  
444 investimentos em relação a isso. Mesmo assim, nós entendemos, que os governos devem se capacitar e  
445 exercer essa tarefa, e que a regulação pelo Estado é um elemento fundamental. Há, nitidamente, uma  
446 clara inversão em relação a esse processo, porque se trata sempre da situação, desqualificando as  
447 posições de precaução, as posições contrárias, como se elas fossem contra à modernidade. E dando já  
448 como decidido e estabelecido um paradigma de modernidade para introdução desse organismo, sem que  
449 o ônus da prova tenha sido apresentado - o que não seria difícil para as empresas, e sem que se cumpra  
450 alguns rituais básicos de regulação por parte dos organismos públicos, nas suas mais variadas esferas.  
451 Esta é uma situação em que o governo do Rio Grande do Sul firma uma posição, usa dos instrumentos  
452 disponíveis para isso e, basicamente garante que, enquanto a sociedade debate, nós possamos debater  
453 sobre algo que possa vir a ser evitado ou não, dependendo do resultado do debate. O que nós não  
454 podemos é fazer um processo fictício de debates, onde a sociedade discuta sobre um elemento dado, e já  
455 se relaciona cotidianamente com a imposição dessas grandes empresa para a introdução desses produtos,  
456 que é isso que as empresas estão tentando fazer e que já conseguiram na maior parte dos países onde  
457 atuam. A nosso ver, não devem fazer dessa forma no Estado do Rio Grande do Sul, no que depender da  
458 posição do governo. **Sr. Francisco Bragança:** quero dizer aos colegas que está provado aqui que a  
459 verdade pode ser dita de formas diferentes. Acho que o nosso presidente foi bastante claro quanto à  
460 posição do Governo, principalmente no final, quando ele refere que se quer é ter o maior volume de

461 informações possíveis sobre o que possa acontecer, e sua manifestação era nesse sentido. Quero dizer  
462 também que, a sobre questão da pesquisa – temos aqui pesquisadores da UFRGS, eu mesmo trabalho  
463 nessa área –eu não aceito essa tese de que se trabalha em pesquisa para determinados resultados, como  
464 “eu quero que aconteça”. Se fosse convidado para trabalhar com o colega Alexandre, eu nunca  
465 trabalharia porque o meu resultado teria que ser como ele quer. Na história encontramos bastantes  
466 exemplos disso, andaram até queimando livros em algum lugar do mundo, porque os autores pensavam  
467 diferente. Num conselho de meio ambiente, não se tem de pensar igual e as pessoas têm que se dar conta  
468 disso. Isso aqui é uma democracia, e nós temos que falar o que quisermos e não ser rotulados de coisa  
469 nenhuma. A verdade foi dita pelo Presidente, a posição do governo está aí, e esta posição eu respeito,  
470 porque ela conta basicamente com o aspecto democrático da discussão. Vamos evitar que o mal pior  
471 aconteça, dentro da possibilidade, mas que isso não engesse nossa capacidade de sonhar. Quanto ao  
472 aspecto da tecnologia ter um cunho econômico, acho que isso dá muitos seminários. Tanto já se  
473 escreveu, tanto já se leu sobre isso - a tecnologia – que acho que nesta sala teriam várias opiniões  
474 diferentes quanto ao fator econômico sobre a tecnologia. Eu gostaria de ouvir bastante, num próximo  
475 seminário, quem sabe? Quero deixar claro, existem várias formas de ser dita a verdade; isso não é um  
476 conselho do governo mas um conselho da sociedade – o governo está representado pelo nosso Presidente  
477 – e as opiniões têm que rolar livres aqui dentro, não é? Ninguém precisa ser igual, não é necessário  
478 pensarmos de forma igual. Eu não assinei nenhuma carteirinha e nem cartilha para estar no CONSEMA,  
479 e acho que ninguém assinou. Quero deixar claro, porque a questão da pesquisa afeta muito o professor  
480 universitário, enquanto é um profissional que trabalha com pesquisa. Então vamos devagar com as  
481 coisas. Isso é um desabafo que faço ao Presidente, e não é a primeira vez que acontece. E que isso não  
482 vincule qualquer relação pessoal dos colegas com a entidade que represento. Minha representação é  
483 transitória na Sociedade de Engenharia e quando começar a dizer alguma coisa que a Sociedade não  
484 esteja de acordo, serei convidado por eles a me retirar. **SR. Presidente:** a intenção da colocação do  
485 debate, da diversidade de representações e opiniões é para que possamos aprofundar o tema e construir  
486 uma discussão interna, neste Conselho, sobre esse assunto. Todas as posições estão sendo colocadas com  
487 bastante clareza e nós achamos que isto é positivo para a discussão. **Sra. Marta Levien:** A Sílvia  
488 questionou como estão as lavouras de transgênicos no momento. Lavoura, especificamente, não tem  
489 nenhuma, visto que, não é período de safra agrícola de soja e milho, que são basicamente os produtos que  
490 possuem transgênicos no Estado. O que havia não era propriamente lavouras, eram experimentos de  
491 pesquisa numa área reduzida a no máximo 2 por 3 metros. Isto era para multiplicação de sementes pré-  
492 básicas, e na ocasião isso foi denunciado para a CTMBio e para a Justiça, que determinou o  
493 acompanhamento pela Secretaria da Agricultura e pela Secretaria da Saúde, no caso representada pela  
494 FEPAM, onde estiveram alguns fiscais acompanhando a colheita, transporte, beneficiamento e  
495 estocagem dessas sementes. Atualmente estas sementes se encontram na unidade de Não-me-Toque,  
496 lacradas sob determinação judicial. Na semana passada, os técnicos me telefonaram perguntando se havia  
497 a possibilidade de transferir essas sementes para a Bahia, visto que eles têm interesse em multiplicá-las,  
498 para ganhar tempo, neste período de inverno. Está bem claro na determinação do juiz, estão elas não  
499 podem sair de lá em hipótese alguma, caso contrário, terão que responder pelos seus atos. Então, a  
500 realidade, no Estado é esta. A acreditamos que para a próxima safra, tenha um menor número de  
501 experimentos, visto a suspensão de cultivos e comercialização, pelo juiz Antônio Prudente. Acredito que,  
502 pela liminar, fica colocada uma determinação bastante forte e contundente do juiz, que deixa passar, nas  
503 entrelinhas, que se tome uma decisão dentro de um bom prazo. Acredito que, na próxima safra, a  
504 CTMBio não permitirá, de uma forma tão multiplicada, os experimentos. Havia experimentos em  
505 campos rurais sem nenhum isolamento. No meio da lavoura de milho, que é de polinização cruzada, por  
506 exemplo, se permitia o cruzamentos com outras plantas de milho presentes, e aquilo foi utilizado única e

507 exclusivamente em demonstração em dia de campo, e no dia seguinte, após o dia de campo, era destruído  
508 aquele experimento, mas a CTMBio permitiu aquele tipo de demonstração, se utilizando inclusive de  
509 CQB, Certificado de Qualidade de Biosegurança, e não tinha nada de biosegurança. A realidade que o  
510 Estado passou foi essa, e acredito que na próxima safra não será tanto. **Sra. Marília Pinto:** tenho uma  
511 preocupação com relação à pesquisa. Qual seria a autonomia do Estado já que estamos sempre sujeitos a  
512 outras implicações. Claro que a pesquisa jamais será isenta pois ela tem objetivos e, devido à situação do  
513 Estado, com poucos recursos - o que é visto como modernidade - a única alternativa seria aceitar estas  
514 imposições feita pelas empresas, que são quem detêm o poder para fazer as pesquisas. Existe uma  
515 alternativa para a situação? Não sei se ficou clara a minha preocupação que são os recursos, porque as  
516 pesquisas exigem recursos. **Sr. Sandor Grehs:** a manifestação do Sr. Presidente, se entendi bem, foi a de  
517 que o Rio Grande do Sul estaria, em nível de Governo, livre de alimentos transgênicos. Esta foi a  
518 expressão usada? Se ela foi usada dessa forma, tenho uma preocupação, pois, talvez, tenhamos que  
519 fechar algumas vinícolas. Acho que tínhamos que ter uma posição bem clara: livre de produção de  
520 alimentos transgênicos, senão nós vamos gerar uma confusão muito grande. **Sr. Presidente:** Esta é a  
521 formulação. **Sr. Sandor Grehs:** a representante da Secretaria da Agricultura, mencionou a ambigüidade  
522 do problema da rotulagem, e acho até que nem seria este o problema. Se tiver que rotular que o produto  
523 não contém transgênico, talvez seja um grande marketing, como a Colméia está fazendo em Porto Alegre,  
524 mas tem que haver um disciplinamento, isso sim. Esse problema da pesquisa, que foi levantado, parece-  
525 me que tem uma implicação de EIA/Rima, porque toda fundamentação do termo de referência do  
526 EIA/Rima tem que ter um precedente de pesquisa, e este parece ser o problema. A empresa detém o  
527 conhecimento, e sabem que não é bem numa audiência pública que eles teriam a confirmação dos seus  
528 objetivos. A dúvida que me parece que consiste de regulamentação mais específica e a seguinte: o ônus  
529 da prova cabe ao empreendedor, mas a realização das atividades dessa prova deveriam ser feitas por  
530 equipes, por universidades e outras entidades. Eu pergunto objetivamente ao governo do estado: como é  
531 que nós vamos ter um termo de referência, para fazer um estudo de impacto ambiental dessa natureza?  
532 Qual é a bagagem que tem esse método? Este me parece o ponto mais crucial da nossa discussão. Todos  
533 reconhecem que a pesquisa é necessária, mas o termo de referência tem que ter qualidade na pesquisa,  
534 tem que ter base. Gostaria de precisar bem: o termo é “livre de produção de transgênicos”. **Sra. Edi  
535 Fonseca:** gostaria que me confirmassem, ou não, se a afirmação de que a EMATER e IRGA estão  
536 fazendo pesquisas, enquanto órgãos públicos, para empresas privadas, cujos resultados vão reverter em  
537 lucro para as empresas, no caso, a Novarks e a Monsanto, e por convênios assinados anteriormente, sua  
538 reversão não seria possível? **Sr. Paulo Müller:** sobre a questão das pesquisas, no que se falou sobre a  
539 manipulação, gostaria de dizer que militamos a tanto tempo, e ainda ouvimos as coisas e ficamos  
540 apavorados. Uma coisa que eu gostaria de deixar bem claro, não somos nós, que representamos a  
541 sociedade civil, através das ONG's ou de um comitê de gerenciamento como o meu, que iremos influir na  
542 manipulação dessas pesquisas. Se alguém mexe nesta questão e muda os resultados, ou leva o resultado  
543 para aquilo que lhe interessa, não somos nós da sociedade civil organizada que resolveremos. São  
544 interesses muito maiores que tem aí e que tem o poder. Daqui a algum tempo, acabamos nós como réus e  
545 terminam estas potências como os “bonzinhos”. Acho que está havendo uma inversão. **Sra. Marta  
546 Levien:** mais uma vez a questão da pesquisa. O Governo do Estado optou pela realização das pesquisas  
547 sob controle rígido do Estado, visto que as pesquisas, tanto aqui quanto no resto do País, estavam sendo  
548 feitas sem controle, de uma maneira quase anárquica, e o Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Saúde  
549 e Agricultura não tinham esse controle dessa realidade toda, a CTMBio muito pouco. Eu entrava em  
550 contato com membros da CTMBio e eles ficavam abismados. Tanto é que o experimento do IRGA e do  
551 AGREVO eles vieram fiscalizar pelo fato de ser o único com arroz transgênico na América Latina.  
552 Prevendo uma continuidade de pesquisa, resolveram suspender em função, principalmente, do

553 escoamento da água, onde ocorria uma contaminação - pois o arroz é irrigado - de toda outra área  
554 experimental do IRGA, da estação como um todo, levando pólen desse arroz transgênico. Este controle  
555 deverá ser realizado de forma rígida pelo Estado e as instituições que nós temos, fundamentalmente, são  
556 o IRGA, Instituto Rio-grandense do Arroz, e a FEPAGRO, Fundação de Pesquisa Agropecuária,  
557 especificamente no arroz. Com relação aos recursos, fica uma questão bastante limitante: os recursos  
558 financeiros para a realização das pesquisas. O IRGA é uma outra realidade financeira, não é o Estado em  
559 si, já que cada produtor de arroz tem uma taxa de contribuição, que faz com que o IRGA tenha sua  
560 própria vida econômico-financeira e tem, incluindo assistência técnica no interior do Estado, sistema de  
561 troca-troca de sementes e pesquisas também. O IRGA é um que certamente poderá financiar. Com  
562 relação a pergunta que a Edi fez, a EMATER não é um órgão de pesquisa, é de extensão rural. Quem faz  
563 pesquisas é o IRGA e a FEPAGRO, e quem tinha um contrato de transferência de tecnologia era o IRGA  
564 com o AGREVO, quando foi encaminhado o contrato, foi feito um processo administrativo e  
565 encaminhado para Procuradoria Geral do Estado, a fim de que fosse dado um parecer jurídico. Neste  
566 parecer eles afirmam que não poderá se desenvolver pesquisas em transgênicos, beneficiando  
567 basicamente o AGREVO, porque se dá introdução de um gene resistente ao glifosato de amônia,  
568 princípio ativo do produto que é o Libertilling, do AGREVO - que é introduzido em variedades de arroz  
569 adaptadas ao Rio Grande do Sul e um pouco à Santa Catarina. São variedades que estão há 10 anos sendo  
570 comercializadas. A PGE, no final de junho, determinou que este contrato estaria suspenso e este processo  
571 já passou por mim, pelo Secretário e já foi para o IRGA, que tratou de desmanchar este convênio com o  
572 AGREVO. Existe outro, mas que não é da alçada do Estado e sim da União, que é um contrato da  
573 Monsanto com a EMBRAPA, e aí é basicamente o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo, em Passo  
574 Fundo, e o Centro de Pesquisa de Terras Baixas, em Pelotas. São estes dois centros, que têm convênio  
575 com a Monsanto em funcionamento, no Brasil. Este convênio continua, porque não está na nossa alçada,  
576 mas o Secretário na semana retrasada denunciou à imprensa que a Monsanto está utilizando recursos  
577 humanos, como pesquisadores, toda a infra-estrutura e recursos financeiros, para introduzir o seu gene  
578 nas “cultivares” adaptadas de soja, que foram desenvolvidas pela EMBRAPA. Isto também é utilizar o  
579 Serviço Público em benefício de uma empresa privada. **Sr. Presidente:** feitos os esclarecimentos, nós  
580 não registramos propostas de resolução em relação ao tema. Recolho a opinião dos Conselheiros, porque,  
581 sendo esse o entendimento vigente, recolhemos para a Ata do CONSEMA todas as contribuições sem  
582 prejuízo de que, em um determinado momento, exijam um posicionamento do Conselho. Se isso for  
583 requisitado à Presidência, este assunto retorna ao plenário. Temos acordo com relação a isso?  
584 Agradecemos a contribuição da Marta, convidamos para que continue acompanhando nossa reunião e  
585 passamos de imediato ao terceiro ponto da pauta que é a Secretaria Estadual do Meio Ambiente.  
586 Incluímos o assunto SEMA para o bem da informação do Conselho sobre o processo de votação ocorrido  
587 na Assembléia Legislativa. O Conselho tratou desse assunto na sexta-feira anterior à votação. Nós  
588 tivemos a aprovação do Projeto 109/99, por unanimidade dos deputados, 47 votos a zero, incluído aquele  
589 item que dispunha sobre o Pró-Guaíba. O Governo decidiu pela colocação às lideranças partidárias  
590 daquele condicionante para bem da manutenção desse instrumento de respeito ao contrato; isso foi  
591 incluído por acordo. Incluídas aquelas emendas informadas aqui, na sua maior parte, viabilizando  
592 fórmulas de continuidade da permanência da Secretaria da Saúde nos conselhos, que estavam sendo  
593 alterados, uma vez que a Secretaria da Saúde, pela formulação original, acabaria ficando de fora dos  
594 conselhos. Então se fez essa formulação, mantendo a Secretaria da Saúde nesse Conselho, sem outra  
595 alteração que não essa, mantendo também a Secretaria da Saúde no Conselho Deliberativo do Pró-  
596 Guaíba. Essa permanência foi contrabalançada pela presença de uma organização não-governamental, no  
597 caso, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. A maior controvérsia, verificada na  
598 discussão, disse respeito ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos. O Projeto de Lei aprovado coloca a

599 Secretaria do Meio Ambiente como órgão coordenador e articulador do Sistema Estadual dos Recursos  
600 Hídricos e transfere à Divisão de Recursos Hídricos da Secretaria de Obras para a Secretaria do Meio  
601 Ambiente. Nós tivemos uma manifestação mais forte e mais organizada da FEDERARROZ e da  
602 FARSUL, manifestando preocupação com relação a esse assunto e solicitando a permanência desses  
603 órgãos na Secretaria de Obras e Saneamento. Tivemos textos colocados para discussão e manifestação da  
604 FEDERARROZ, com que nos reunimos, para discutir sobre a preocupação do repasse de um setor  
605 importante como esse, principalmente, para a produção orizícola do Estado, para um órgão de meio  
606 ambiente, em função de uma preocupação desses setores de que os órgão de meio ambiente  
607 predominantemente se preocupam com as funções de regulação e controle ambiental e não com o valor  
608 econômico agregado a esse insumo para esse setor. Conversamos com Deputados, lideranças de todos os  
609 partidos e houve uma manifestação muito enérgica por parte do Deputado Érico Ribeiro quanto a esses  
610 dois itens do Projeto de Lei. O primeiro que criava o Departamento de Recursos Hídricos na SEMA,  
611 passando o *status* de Divisão para Departamento e repassava à Presidência do Conselho e o Fundo de  
612 Recursos Hídricos para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Havia uma intenção do governo, no  
613 sentido de que esse detalhamento, principalmente com relação ao fundo, fosse feito por decreto, como  
614 serão feitos por decreto com relação a outros fundos agregados. Houve um acordo da colocação dessas  
615 emendas explicitadas no Projeto de Lei, estabelecendo à Presidência do Conselho para a Secretaria do  
616 Meio Ambiente e, a Vice-Presidência para a Secretaria de Obras e Saneamento, estabelecendo,  
617 claramente, que os recursos destinados à obras de irrigação, para fins agrícolas, fossem repassados à  
618 Secretaria de Obras que seria responsável pela sua execução. Praticamente, no momento antes da  
619 instalação da sessão de votação, houve uma manifestação do deputado Érico no sentido de não abrir mão  
620 da formulação original que mantinha esses setores todos na Secretaria de Obras e Saneamento. Os  
621 demais partidos de oposição fizeram uma proposição de que se fizesse um amadurecimento dessa  
622 discussão durante o período de recesso parlamentar, conversando então com todas as lideranças que se  
623 manifestaram e com todos os segmentos sociais envolvidos, no sentido de que havia uma percepção, da  
624 maior parte dos deputados, em especial, destacadamente, das bancadas de oposição, sobre a possibilidade  
625 de se chegar a um acordo que não provocasse alterações significativas na estrutura do sistema, que é  
626 pensado como um sistema. Esses dois artigos, o primeiro que cria o Departamento de Recursos Hídricos  
627 e o segundo que transfere o Conselho e o Fundo, ficaram destacados do Projeto e serão apresentados  
628 como Projeto de Lei retificativo, oriundo da própria Assembléia, na sua redação original, por proposição  
629 do Governo e poderão sofrer modificações decorrentes da discussão de um acordo que possa vir a  
630 viabilizar esta votação da maneira mais tranqüila possível. Tivemos então este como único elemento de  
631 destaque. O Governo tem um posicionamento claro sobre isso, além de entender que é sua prerrogativa  
632 decidir como ele deve se organizar e onde os setores irão ficar, e estamos nesse momento tratando os  
633 assuntos referentes à instalação efetiva da Secretaria. A posse e sanção do Projeto devem ocorrer na  
634 última semana de julho ou primeira semana de agosto, dependendo da confirmação da presença do  
635 Ministro do Meio Ambiente à solenidade de instalação da Secretaria, e nós estamos, nesse momento  
636 tratando, também de alguns elementos básico para esta instalação da Secretaria, principalmente os  
637 referentes à sede e à infra-estrutura necessários, bem como a um aporte orçamentário extraordinário que  
638 viabilize a instalação efetiva da Secretaria com seus gastos ordinários. Considerando que os setores  
639 transferidos vêm com seus recursos agregados, mas que esses recursos não são suficientes para a  
640 instalação da Secretaria, que a diretriz que está sendo discutida nesse momento é sobre a possibilidade de  
641 que a Secretaria esteja instalada neste prédio e que a maior parte dos órgãos componentes da Secretaria  
642 fique fisicamente próxima, tendo em vista que o espírito é de integração desses setores, ter-se a mesma  
643 base física possibilita o compartilhamento de estruturas administrativas e possibilita um contato maior  
644 entre os setores para o desenvolvimento de um processo que terá um tempo de maturação para a

645 conformação da Secretaria. De maneira muito sucinta, esta é a informação que nós queríamos dar ao  
646 Conselho, ressaltando que, nós entendemos que é muito importante que as entidades componentes,  
647 também o Conselho, tenham uma manifestação, uma participação nessa pendência que ficou junto à  
648 Assembléia Legislativa, uma vez que nós entendemos que é necessário reforçar a proposta original,  
649 oriunda da aprovação do Conselho. Entendemos que todos os segmentos devem opinar sobre esse  
650 assunto e não apenas o segmento que determinou esse impasse e que inviabilizou a aprovação do projeto  
651 na sua íntegra. Essa é a nossa disposição, nós estamos procurando a montagem de um calendário que  
652 envolva, em primeiro lugar, os segmentos que colocaram essas preocupações, FARSUL, FEDERARROZ  
653 e os deputados que também manifestaram preocupação com relação a isso, além também de os outros  
654 segmentos, quais sejam, organizações ambientalistas, os comitês de bacias hidrográficas. Esse processo  
655 será conduzido de maneira articulada entre a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Saneamento,  
656 e já há uma manifestação clara do Governo sobre ele, sobre a forma organizativa da Secretaria do Meio  
657 Ambiente, explicitado no Projeto de Lei enviado para apreciação da Assembléia. Abrimos para  
658 esclarecimento e manifestações em relação ao tema. **Sr. Paulo Müller:** só gostaria de fazer uma  
659 observação: quem conhece a fazenda do Érico lá em Santa Vitória dos Palmares, sabe o porquê de ele ser  
660 contra o projeto. Ter-se-ia que filmar, trazer ao Conselho e mostrar às pessoas. **Sr. Sandor Grehs:**  
661 justamente nessa linha que ficou prejudicada e que tivemos mais preocupações, pelo menos nas nossas  
662 discussões, sempre permeada por essa postura de que o recurso hídrico é parte do ambiente e não da  
663 maneira que está sendo colocada. Eu pessoalmente me envolvi muito com isso, e eu pergunto então,  
664 dentro da sua ótica, Sr. Presidente, qual é a perspectiva da retoma de negociações, no sentido de resgatar  
665 a proposta original. Como é que o Senhor está sentido e até que ponto o conselho deve interferir ou não,  
666 porque num determinado momento, na reunião passada, no episódio do Pró-Guaíba, fomos aconselhados  
667 para que não interferíssemos para não prejudicar. Mas agora, dentro desse fato novo, dessa situação  
668 diferenciada, gostaria de saber seria a estratégia para tentarmos resgatar isso, para que não entremos em  
669 falta de sintonia. **Sr. Presidente:** foram as mobilizações de várias entidades que acompanharam a  
670 tramitação, as negociações e o próprio momento da votação. As entidades e o Conselho devem  
671 manifestar opinião em relação a isso ter uma participação mais efetiva no contato com os deputados, uma  
672 vez que a maior parte das bancadas de oposição, revelaram disposição, no sentido da construção de uma  
673 formulação consensual, que pudesse viabilizar a aprovação desse projeto. Em função do tempo, a votação  
674 já estava marcada, não foi possível fazer esse movimento. A nossa preocupação central é de que a lógica  
675 do sistema não seja fragmentada. Que o sistema seja apresentado como um sistema composto por várias  
676 secretarias executoras, onde a decisão sobre a destinação dos recursos não é nem da Secretaria de Obras  
677 e nem da Secretaria do Meio Ambiente. É um desenho montado pelo sistema, que a deliberação sobre as  
678 prioridades e uso dos recursos do Fundo vai se dar através do Conselho, que tem a participação do  
679 governo e de representações da sociedade e virá das demandas apresentadas pelos comitês. A nossa  
680 convicção é que este assunto deve ser resolvido, considerando a opinião de todos os setores. E que as  
681 manifestações de contrariedade surgiram de um setor produtivo específico, que trabalhou fortemente com  
682 um pré-conceito, em relação aos segmentos do meio ambiente, no sentido de que os segmentos não  
683 teriam a preocupação em considerar os elementos da atividade. Discutimos longamente, demonstrando  
684 inclusive, ao segmentos produtivos, que a própria viabilização dessa atividade depende de políticas de  
685 gestão que possibilitem o uso racional desses recursos. E a produção, se não considerar esses elementos  
686 de qualidade e quantidade, pode estar inviabilizada a médio prazo. Esse é o espírito da criação da  
687 Secretaria. O nosso entendimento é que o Conselho deve ter uma participação mais ativa, bem como das  
688 entidades aqui presentes. E a nossa surpresa foi com o posicionamento sustentado pela FARSUL nesse  
689 processo. Uma vez que a FARSUL participou da reunião que deliberou o Projeto de Lei que foi enviado  
690 à Assembléia Legislativa. **Sr. Sandor Grehs:** acho que a surpresa está aí porque inclusive eu me recordo

691 de um debate que tivemos e, realmente a FARSUL, através do seu representante, foi bastante enfático da  
692 necessidade desse projeto. A minha preocupação é como podemos agir a nível de Deputados? Talvez  
693 tenhamos que formar uma comissão. Eu acho que é muito melhor o CONSEMA falar, do que as  
694 entidades isoladas. No transcorrer dos próximos dias, se tivermos informações, eu me disponho a  
695 participar, para que tenhamos uma postura pró-ativa com relação com o que venha ocorrer depois. Talvez  
696 o episódio PRÓ-GUAÍBA tenha inibido um pouco certas iniciativas. Acho importante uma comissão,  
697 independente de entidades, e até inquirir o representante da FARSUL, no sentido da posição que ele  
698 assumiu aqui, que esta em ata, em relação ao episódio ocorrido. E serviria até para esclarecer os menos  
699 esclarecidos. **Sr. Presidente:** estamos sem quorum para prosseguirmos e temos a proposição do Prof.  
700 Sandor, no sentido de se formar uma comissão representativa do Conselho, para acompanhar esse  
701 assunto na Assembléia Legislativa. Essa comissão pode ser formada, a exemplos de outras, “ad  
702 referendum” de uma próxima reunião do Conselho em que tenhamos quorum para legitimar. Temos  
703 cinco voluntários: nós, Secretaria de Obras e Secretaria do Meio Ambiente, estamos envolvidos e  
704 estaremos acompanhando esse processo. A comissão será composta por cinco membros: Sr. Paulo  
705 Müller, Sr. Sandor, Ten. Cel. Nelsohoner da Rocha, Kathia V. Monteiro e Secretaria da Educação. O  
706 último ponto é um relato, em função da conclusão do trabalho da Câmara Técnica Provisória para  
707 fixação do critério de compensação de danos ambientais causados por grandes empreendimentos. Essa  
708 Câmara Técnica concluiu os seus trabalhos e seu Presidente solicitou que relatássemos ao Conselho, na  
709 reunião de hoje, essa conclusão para que esse assunto seja incluído na pauta da próxima reunião. Nós  
710 distribuímos o material a todos os Conselheiros e esse assunto será tratado na pauta da próxima reunião,  
711 que será no dia 17 de setembro. Temos alguns assuntos solicitados para pauta e pendentes, como Rota do  
712 Sol e conclusões de trabalhos de algumas Câmaras Técnicas. A nossa proposição seria de que, mantendo  
713 o acerto feito neste Conselho, trabalhássemos, dado esse acúmulo de pauta, com uma reunião mensal,  
714 uma vez que a nossa experiência de dois meses sem reunião provocou acúmulo muito grande de pautas e  
715 dificuldades em tratá-las em uma reunião. A próxima reunião fica para o dia 20 de agosto, com dois  
716 pontos: Rota do Sol, e o assunto da Câmara Técnica. Acolheremos eventuais sugestões dirigidas pelos  
717 Conselheiros para inclusão na pauta, sempre procurando não termos um volume muito grande de  
718 assuntos. Agradecemos a presença de todos e encerramos a reunião de hoje.